

Descrédito geral

O presidente da República parecia sair de mais um de seus prolongados hiatos de indecisão, no momento em que resolveu convidar o vice-governador de Pernambuco, Carlos Wilson Campos, para assumir a superintendência da Sudene. O convite prôyoçou, contudo, uma crise política de proporções de início assustadoras, mas que refluuiu, num dia só, de forma muito mais preocupante para a Nação. Pois, enfim, se pôde evidenciar toda a dimensão das elites políticas que conduzem a administração pública federal e o jogo político no Brasil. Sentindo-se desprestigiado com a indicação de seu adversário político, o Partido da Frente Liberal (PFL) resolveu reagir e ameaçou sair do governo, o que já deveria ter feito há muito mais tempo, se não tivesse impregnado em sua natureza esse impulso-suicida do comodismo e do empreguismo; seu mal de origem.

O presidente nacional do partido, senador Marco Maciel, sentiu-se particularmente desprestigiado com a decisão presidencial, seja porque Carlos Wilson Campos é seu adversário político, seja porque a solução apresentada pelo presidente altera substancialmente a relação de forças políticas em seu próprio Estado, Pernambuco. Saiu a público, proclamando seus companheiros de partido ao rompimento do pacto em que se fundou a Nova República, a famosa Aliança Democrática. Maciel, contudo, pregou no deserto. O político mais prestigiado do grupo, o ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, contrariando sua imagem de inflexível defensor de princípios, preferiu ficar em cima do muro sólido do silêncio, observando a crise para só se decidir depois de conhecer as decisões dos outros. O das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, talvez por ser o que historicamente menos tem vínculos com o partido, saiu logo dizendo que não deixaria o Ministério. João Alves apressou-se também em confirmar sua presença, como ministro do Interior, na reunião da Sudene, hoje, em Montes Claros, Minas Gerais. E o chanceler

Abreu Sodré telefonou dos Estados Unidos para dizer que não é hora de romper, mas de apoiar o presidente.

Restou na ribalta a figura do ministro da Educação, Jorge Bornhausen, cujo pedido de demissão — apresentado no começo da semana, por motivos de fé ideológica (ele é parlamentarista e não se sentia à vontade num governo em que o Ministério inteiro foi convocado para lutar até a última bala pelo sistema presidencialista de governo) — passou a ser utilizado como um instrumento de pressão na tempestuosa crise armada pela cúpula do PFL. A utilização falaciosa da saída do senador Bornhausen do Ministério da Educação é um exemplo perfeito de toda a farsa, ou melhor, da tragicomédia armada no palco do Planalto em torno da ruptura do PFL com a Aliança Democrática.

Diante da sólida convicção continuísta de todos os ministros do partido, Marco Maciel viu-se obrigado a retificar, à tarde, uma nervosa declaração de guerra que havia feito de manhã — de manhã ele disse que a Aliança Democrática estava romplida; à tarde, diante dos fatos consumados e de mais um, a permanência de Jorge Bornhausen em seu gabinete até que José Sarney encontre um substituto, corrigiu-se dizendo que o PFL rompia com a Aliança Democrática, mas não com o governo.

Trata-se de uma emenda à altura do soneto composto nos dois últimos dias. A Nação, perplexa, não sabe mais em quem confiar. Quando foram adiadas as eleições presidenciais diretas, em nome de um pacto político de cúpulas, intitulado Aliança Democrática, juntando-se o PMDB com a dissidência do PDS, o Brasil acostumou-se a identificar o pacto com sua esperança num regime de transição — auto-intitulado de Nova República —, que extinguiria o autoritarismo e construiria uma democracia sólida e duradoura. Agora, diante da declaração do presidente de um dos partidos parceiros desse pacto, separando a Aliança Democrática do governo que ela

patrocina, o Brasil inteiro só pode acreditar que o acordo político foi substituído por um condomínio de interesses escusos, baseado apenas nos critérios do empreguismo e do clientelismo.

Ou seja, não há mais em quem confiar. Acreditar no PMDB, que se tornou o grande sócio num jogo de interesses em que o superintendente da Sudene não é nomeado por causa de sua capacidade técnica, mas levando-se em conta apenas a partilha do poder, em termos partidários e regionais? Acreditar no PFL, que, presa de um fisiologismo viado e anacrônico em relação ao Brasil moderno, se esquece completamente dos princípios elementares da democracia liberal para se engalfinhar em brigas de rua de baixo nível, por empregos do segundo escalão? Confiar num Congresso Constituinte composto majoritariamente pelos sócios desse pacto, em que não se enxergam os interesses coletivos da Nação, mas apenas os particulares dos políticos que compõem sua cúpula? Confiar num presidente da República que se compraz num jogo mesquinho como esse, em que brigas são armadas para que sejam satisfeitos apetites, e se desarmam com a mesma facilidade a troca de cargos, prestígio e poder, subvencionados pelo humilhado e impotente contribuinte, o cidadão brasileiro comum, que não é ouvido nesses conchavos e cambalachos?

Nessa guerra de interesses por cargos não há heróis, apenas vilões. A sociedade brasileira tem esperanças de que se possa alterar o quadro político, antes que a sanha clientelista dos grupos políticos condôminos do poder federal convoque de volta os aventureiros do autoritarismo, armados agora do descrédito popular e equipados da descrença geral. É preciso pôr um fim a esta tragicomédia absurda. O Brasil não suporta mais ficar inerte na platéia, pois é preciso evitar que os recursos se esgotem, a moral se corrompa e a política se desvirtue de vez.